

## Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – As Teorias Jurídicas na Realização do Comando Político-Jurídico das Constituições sob a Perspectiva das Concepções de Estado .....	7
1.1 A limitação do poder estatal e a constituição como condição do liberalismo.....	8
1.2 O liberalismo como mecanismo de garantia do individualismo .....	14
1.3 A crise do individualismo, a emergência dos direitos sociais.....	18
1.4 O estado liberal e o estado social e suas respectivas concepções de estado .....	22
1.4.1 A Reconfiguração do Estado Constitucional como Arranjo Dogmático Insuficiente .....	25
1.4.1.1 A classificação de Zagrebelsky.....	26
1.4.1.2 A Classificação de Pérez Luño .....	30
1.5 As concepções liberal e social de estado na definição do comando político-jurídico das constituições .....	35
1.6 As teorias jurídicas como instrumento das concepções de estado na realização do comando político-jurídico .....	42
1.6.1 O Caráter Ideológico das Teorias Jurídicas.....	44
1.6.2 As Teorias Jurídicas na Realização do Comando Político-Jurídico das Constituições .....	46
1.6.3 As Teorias Jurídicas sob a Perspectiva das Concepções de Estado ...	48

Capítulo 2 – A Teoria Jurídica Adequada às Constituições sob a Perspectiva da Concepção Liberal de Estado.....	53
2.1 O jusnaturalismo e a escola da exegese como instrumentos do liberalismo iluminista.....	53
2.2 A escola histórica como oposição ao liberalismo iluminista.....	58
2.3 O cientificismo no direito a partir da crise do liberalismo.....	59
2.3.1 O Juspositivismo formal da Jurisprudência dos Conceitos como Reparadora do Liberalismo .....	60
2.3.2 As Teorias Jurídicas de Enfrentamento ao Liberalismo e ao Juspositivismo Formal.....	63
2.3.2.1 A jurisprudência dos interesses .....	64
2.3.2.2 O movimento para o Direito livre.....	65
2.3.2.3 A livre investigação científica .....	65
2.3.3 A Resistência da Concepção Liberal de Estado e o Juspositivismo Normativista de Kelsen .....	67
2.3.3.1 Ciência e ideologia .....	71
2.3.3.2 Direito e ciência.....	73
2.3.3.3 Direito e ideologia.....	78
2.4 O juspositivismo normativista como instrumento da concepção liberal de estado.....	81
2.4.1 O Juspositivismo Normativista frente à Constituição Liberal....	83
2.4.2 O Escalonamento de Normas e a Jurisdição Constitucional .....	84
2.4.3 O Conceito de Constituição e a Fenomenologia Normativa.....	90

Capítulo 3 – A Teoria Jurídica Adequada às Constituições sob a Perspectiva da Concepção Social de Estado.....	97
3.1 O juspositivismo normativista frente à constituição social .....	99
3.2.1 O Princípalismo de Ronald Dworkin.....	108
3.2.2 O Princípalismo de Robert Alexy .....	110
3.2.3 O Princípalismo de Atienza e Manero.....	115
3.2.4 As Possibilidades do Princípalismo.....	121
3.3 O positivismo crítico de ferrajoli (garantismo) frente às constituições....	126
3.3.1 O Garantismo Frente ao Juspositivismo Normativista .....	128
3.3.2 O Garantismo Frente ao Princípalismo .....	143
3.3.2.1 O caráter deôntico dos direitos fundamentais e diretrizes ....	146
3.3.2.2 A (in)compatibilidade entre direitos fundamentais.....	152
3.3.2.3 Os espaços de discricionariedade dos direitos fundamentais e diretrizes.....	156
Capítulo 4 – O Comando Político-Jurídico da Constituição Brasileira e seu Sentido Ideológico.....	167
4.1 As diretrizes da constituição brasileira de 1988 .....	168
4.2 O regime jurídico dos direitos fundamentais na constituição brasileira de 1988 .....	172
4.3 Os mecanismos de garantia do comando político-jurídico da constituição brasileira de 1988 .....	175
4.4 O sentido ideológico do comando político-jurídico da constituição brasileira de 1988 e suas funções .....	181

Capítulo 5 – Uma Teoria Jurídica Adequada à Constituição Brasileira.....	191
5.1 O principlismo e seus limites frente à constituição brasileira de 1988.....	192
5.2 As virtudes do garantismo frente à constituição brasileira de 1988 .....	197
5.3 As insuficiências do garantismo frente à constituição brasileira de 1988.....	201
5.4 A vinculação hermenêutica ao sentido ideológico do comando político-jurídico da constituição brasileira .....	210
5.4.1 Os Contornos Paradigmáticos da Vinculação Hermenêutica ao Sentido Ideológico do Comando Político-Jurídico da Constituição .....	215
Conclusão .....	221
Referências .....	231